

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.429 - PE (2019/0315834-2)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : JOSELITO NUNES DE FARIAS
RECORRENTE : ANDRE LINS NUNES
RECORRENTE : PEDRO NUNES DE FARIAS NETO
RECORRENTE : BRUNO LINS NUNES
RECORRENTE : NEURINETE FERREIRA DE CARVALHO
RECORRENTE : DANILO FERREIRA DE CARVALHO
RECORRENTE : MELISSA FERREIRA DE CARVALHO CORDEIRO
RECORRENTE : PRISCILA FERREIRA DE CARVALHO SIMOES
ADVOGADOS : JEFFERSON LEMOS CALAÇA - PE012873
THEOBALDO PIRES FERREIRA DE AZEVEDO E OUTRO(S) -
PE024172
JOSE CARLOS ALMEIDA JUNIOR - PE001037
JOSE LUIS WAGNER - PE047516
RECORRIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por JOSELITO NUNES DE FARIAS e outros, com fundamento no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE HERDEIROS. PRETENSÃO EXECUTÓRIA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA

I. Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, em sede de execução de título judicial, deferiu a habilitação dos respectivos herdeiros dos ex-servidores Marília Marques Lins e Roberto José Leal de Carvalho.

II. Em suas razões recursais, a parte agravante afirma que os ex-servidores faleceram há mais de 5 (cinco) anos. Logo, de acordo com o art. 1º, do Decreto nº 20.910/1932, c.c. Súmula 150 do STF, cumpriria aos seus herdeiros habilitarem-se no processo dentro do prazo de 5 anos, o que não foi feito, razão pela qual se impõe a extinção do processo com fulcro no art. 487, II, do CPC.

III. Ressalvado o posicionamento do Relator, a Segunda Turma do TRF 5ª Região entende que é de cinco anos, contados da data do óbito do autor originário, o prazo prescricional para apresentação do requerimento de habilitação do respectivo herdeiro, com o fim de impulsionar a execução de sentença já iniciada. Precedentes: TRF 5ª

Região, AGTR140877/CE. Rel. Des. Fed. Paulo Roberto de Oliveira Lima. Julg. 10/02/2015. DJe 13/02/2015; AG 142477, Relator Desembargador Federal Vladimir Carvalho, DJE 13/08/2015.

IV. Na hipótese, o óbito da ex-servidora Marília Marques Lins ocorreu em 1º de fevereiro de 2006, enquanto que do ex-servidor Roberto José Leal de Carvalho em 6 de junho do mesmo ano, tendo os respectivos pedidos de habilitação dos seus herdeiros sido formulado apenas agora, em 2018, respectivamente nos dias 13 de abril e 11 de maio.

V. Agravo de instrumento provido, para reconhecer a prescrição da habilitação dos herdeiros" (fl. 161e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados (fls. 235/238e).

Sustenta a parte recorrente o seguinte:

"1. Da violação aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015: nulidade do acórdão que julgou os embargos de declaração

A C. Turma Regional deu provimento ao agravo de instrumento da UFPE para reconhecer a ocorrência da prescrição da habilitação em relação aos sucessores dos servidores falecidos.

Diante dessa decisão, os recorrentes interpuseram recurso aclaratório a fim de que fossem sanadas as omissões verificadas no *decisum*. No entanto, o referido recurso foi julgado sem que houvesse manifestação expressa sobre a totalidade dos vícios suscitados, persistindo, assim, as omissões apontadas.

Por essa razão, o acórdão que julgou os embargos declaratórios opostos pelos recorrentes é manifestamente nulo, de vez que afrontou os arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015.

(...)

Com efeito, a interpretação das normas que versam sobre prescrição deve ser feita de maneira restritiva, sendo que para habilitação dos sucessores inexistente dispositivo legal que fixe prazo para sua realização, não havendo fundamento nenhum que embase a pretensão da UFPE.

Com isso, o julgado não poderia ter entendido pela ocorrência de prescrição para a habilitação, visto que não há que se cogitar na prescrição executória/intercorrente durante o lapso transcorrido entre o óbito do servidor e a habilitação de seus sucessores na fase de execução, pois, nos termos do arts. 313, I, e 921, I, do CPC/2015, a morte daquele impunha a suspensão da ação e também do prazo

prescricional.

Destarte, olvidou a C. Turma Regional que o óbito da parte suspende o processo e também o prazo prescricional até que ocorra a habilitação dos sucessores.

Dessa forma, como não houve manifestação sobre esses aspectos por parte do acórdão que julgou o agravo de instrumento. E a decisão dos declaratórios, a seu turno, também não se manifestou a respeito, padecendo de nulidade, eis que incidiu em clara violação aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015, que dispõem:

(...)

2. Da violação aos arts. 313, I, e 921, I, do CPC/2015:
inocorrência da prescrição executiva - ausência de prazo legal para a habilitação dos sucessores de servidor falecido

(...)

A C. Turma Regional deu provimento ao agravo de instrumento da UFPE para reconhecer a ocorrência da prescrição da habilitação em relação aos sucessores de Marília Marques Lins e Roberto José Leal de Carvalho, uma vez que decorridos mais de cinco anos entre o óbito dos servidores e o pedido de habilitação dos seus herdeiros.

Entretanto, merece reforma o *decisum*, uma vez que não há que se falar em prescrição da pretensão executória pela não habilitação dos sucessores do *de cujus* dentro de cinco anos do falecimento do servidor, já que inexistente na legislação prazo estipulado nesse sentido.

Com efeito, é de registrar que a legislação acerca da matéria refere que se suspende o processo pela morte de qualquer uma das partes (art. 313, I, CPC/2015), bem como que se suspende a execução nas hipóteses previstas no art. 313, conforme dispõe o art. 921, I, também do CPC/2015, como se infere *in verbis*:

(...)

Diante da referida legislação, verifica-se que, uma vez suspenso o processo devido ao falecimento de servidor exequente, e na ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores, não há que se falar em prescrição intercorrente.

O que deve ser considerado é que A EXECUÇÃO FOI PROPOSTA DENTRO DO PRAZO LEGAL.

No ponto, ressalta-se que esse E. STJ possui jurisprudência consolidada no sentido de que a morte de uma das partes importa na suspensão do processo, razão pela qual, na ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores, inviável a declaração de prescrição intercorrente. A propósito, os seguintes precedentes:

(...)

Conforme se depreende dos julgados acima colacionados, o óbito da parte suspende o processo e também o prazo prescricional até que ocorra a habilitação dos sucessores.

Ora, a interpretação das normas que versam sobre a prescrição deve se dar de forma restritiva. Por isso, diante da inexistência de dispositivo legal que fixe prazo para habilitação dos sucessores do servidor falecido, não há que se falar em prescrição da pretensão de habilitação.

Com isso, o Tribunal *a quo* não poderia ter entendido pela ocorrência de prescrição para a habilitação, não havendo que se cogitar na prescrição executória/intercorrente durante o lapso transcorrido entre o óbito do servidor e a habilitação de seus sucessores na fase de execução, pois, nos termos do arts. 313, I, e 921, I, do CPC/2015, a morte daquele impunha a suspensão da ação e também do prazo prescricional" (fls. 282/289e).

Requer, ao final, "a) seja decretada a nulidade do acórdão proferido no julgamento dos embargos declaratórios, retornando os autos para que o Tribunal a quo os julgue novamente, apreciando as omissões apontadas, em sua totalidade; b) na hipótese de rejeição do pedido anterior, considerando-se prequestionada a matéria, seja reformado o r. acórdão recorrido para afastar a prescrição para o pedido de habilitação dos sucessores dos servidores falecidos Marília Marques Lins e Roberto José Leal de Carvalho, diante da ausência de previsão de prazo legal para tanto e, consequentemente, determinar o prosseguimento da execução, com a habilitação dos seus sucessores nos autos e o conseqüente recebimento dos valores executados" (fls. 289/290e).

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 312/321e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 323e).

A irrisignação merece parcial acolhimento.

Em relação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.666.265/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018; STJ, REsp 1.667.456/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2017; REsp 1.696.273/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de

19/12/2017.

No mérito, assiste razão aos recorrentes.

Com efeito, o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia dos autos, nos seguintes termos:

"Sobre a matéria, ressalvado o entendimento do Relator - no sentido de que não se inicia o transcurso do prazo prescricional, no caso de morte de qualquer das partes, até que se proceda à intimação dos sucessores para fins de habilitação a Segunda Turma do TRF 5ª Região possui entendimento de que é de cinco anos, contados da data do óbito do autor originário, o prazo prescricional para apresentação do requerimento de habilitação do respectivo herdeiro, com o fim de impulsionar a execução de sentença já iniciada, conforme se observa no precedente abaixo transcrito:

(...)

Assim, em nome da tranqüilidade da jurisprudência da Turma, acato a posição ali consolidada.

Na hipótese, o óbito da ex-servidora Marília Marques Lins ocorreu em 1º de fevereiro de 2006, enquanto que do ex-servidor Roberto José Leal de Carvalho em 6 de junho do mesmo ano, tendo os respectivos pedidos de habilitação dos seus herdeiros sido formulado apenas agora, em 2018, respectivamente nos dias 13 de abril e 11 de maio.

(...)

Ademais, destaco que o entendimento desta Segunda Turma também é no sentido de que a prescrição iniciada contra a parte autora/exequente continua a correr contra os seus sucessores, de maneira que o prazo, já iniciado, não se suspende, nem se interrompe, a exemplo dos seguintes julgados:

(...)

Diante do exposto, dou provimento ao agravo de instrumento, para reconhecer a ocorrência da prescrição da habilitação dos herdeiros" (fls. 158/161e).

Ao que se tem, o entendimento do acórdão recorrido destoa da orientação desta Corte Superior, segundo a qual "a suspensão do processo por óbito da parte exequente suspende também o curso do prazo prescricional da pretensão executiva, observando-se que, por não existir previsão legal de prazo para a habilitação dos sucessores, não se pode presumir lapso máximo para a suspensão" (STJ, REsp 1.827.745/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/10/2019).

No mesmo sentido:

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS/SUCESORES. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM DISSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO ADOTADO POR ESTA CORTE. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO DESPROVIDO.**

1. **A morte de uma das partes importa na suspensão do processo, razão pela qual, na ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores, não há falar em prescrição intercorrente. Precedentes:** AgRg no REsp. 891.588/RJ, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 19.10.2009; REsp. 1.657.663/PE, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 17.8.2017; AgRg no AREsp. 282.834/CE, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 22.4.2014.

2. Agravo Interno da UNIÃO a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1.509.529/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/06/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. **EXECUÇÃO DE SENTENÇA. ÓBITO DO EXEQUENTE. SUSPENSÃO DO PROCESSO. HABILITAÇÃO DOS HERDEIROS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO OCORRÊNCIA.**

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

II - Prequestionados, implicitamente, os dispositivos tidos por violados acerca da tese relativa à prescrição, inexistente ofensa ao art. 535, II, do Código de Processo Civil.

III - Não há violação ao art. 535, II, do Código de Processo Civil quando a matéria indicada como omissa no Recurso Especial não foi objeto do recurso ou das contrarrazões, o que demonstra a indevida inovação em sede de embargos de declaração.

IV - O óbito de uma das partes do processo implica sua suspensão, de modo que, na ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores,

não há falar em prescrição intercorrente. Precedentes.

V - É vedada a aplicação analógica de regra de prescrição, porquanto implica restrição de direitos VI - Recurso Especial improvido" (STJ, REsp 1.481.077/CE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/05/2016).

Nesse ponto, merece reforma, portanto, o entendimento firmado pelo Tribunal de origem, por divergir do entendimento do STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou parcial provimento ao Recurso Especial, para, afastada a prescrição, determinar a remessa dos autos à origem, a fim de que se prossiga na análise da demanda, como se entender de direito.

I.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora